

Documentação
 CB (Brasil)
 16/8/2003 p. 17
 162

BRASIL

Um documento do século retrasado pode devolver 732 hectares de uma fazenda a descendentes de escravos no município mineiro de Paracatu

De volta ao quilombo

ERIKA KLINGL
 DA EQUIPE DO CORREIO

A população de Paracatu, em Minas Gerais, acompanha de perto uma briga por terras que começou há 148 anos. A comunidade dos Amaros, uma família de descendentes de escravos, quer retomar a terra que no início do século XIX pertenceu ao tataravô deles, Álvaro Pereira das Mercês. Há uma semana, cerca de 35 pessoas ocupam um pedaço dos 732 hectares que podem ter sido um engenho. O objetivo do grupo é montar uma espécie de quilombo contemporâneo. "É um quilombo de resistência cultural, e não armada, como antes da abolição da escravatura", explica o historiador e arquivista Alexandre Alves Dias. O sucesso da invasão da comunidade dos Amaros foi comemorado em uma festa religiosa chamada Carretadas, no primeiro dia de acampamento na fazenda.

Alexandre esteve em Paracatu durante quatro dias traduzindo um inventário que pode comprovar a origem da terra e embasar a reivindicação dos Amaros. Apesar de não ter a medida exata da propriedade que pertencia a Álvaro das Mercês, o documento traz detalhes que, de acordo com o historiador, podem servir de prova para um processo de reintegração de posse. Os advogados da Fundação Palmares, ligada ao Ministério da Justiça, devem entrar com o pedido assim que acabarem de interpretar todas as informações do inventário. As 22 páginas do documento,

Divulgação / Instituto Fala Negra de Paracatu



NO DIA DA OCUPAÇÃO DO TERRENO, A COMUNIDADE DOS AMAROS FESTEJOU COM UM RITO RELIGIOSO CHAMADO CARETADAS

que está no arquivo da cidade mineira, servem como uma descrição exata de como funcionava o engenho de Álvaro Pereira das Mercês, que devia ser um escravo alforriado. "Escravos não tinham direito a propriedade, para poder ser dono da terra, o senhor Álvaro tinha de ser livre", conta o historiador.

Escritura irregular

Hoje, as terras estão nas mãos de vários fazendeiros, que já tentaram vendê-las em 1998. A diretora de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Palmares, Maria Bernardete Lopes Silva, explica que na época a escritura foi considerada irregular e a venda

não foi feita. A partir disso, os descendentes de escravos se dispuseram a tentar retomar a fazenda na Justiça. Entraram com um processo de reintegração de posse ainda em 1998, mas o juiz da comarca de Paracatu, Alexandre Magno do Vale, derrubou a ação. Segundo ele, o documento estava ilegível. Os advogados dos Amaros apresentaram à Justiça de Paracatu uma cópia xerox do inventário, ao invés do original.

Mas a polêmica sobre o verdadeiro proprietário das terras não começou há cinco anos. Em 1855, duas viúvas brigaram pelo engenho na "Justiça dos Órfãos", então responsável pelos assuntos de família. Uma das viúvas era a

segunda mulher de Álvaro. A outra era a nora de Álvaro, casada com o seu filho Cipriano, do primeiro casamento. A partilha das terras do ex-escravo não foi feita enquanto os dois eram vivos. Após a morte de Cipriano, sua mulher pediu na Justiça o sequestro de bens do engenho até que um inventário fosse feito. A confusão não deu em nada. Em 1857, a Justiça manteve a viúva de Álvaro proprietária do engenho. Essa parte da família ficou nas terras até 1945, quando os últimos descendentes de escravos foram expulsos. Depois disso, todos se concentraram em Paracatuzinho, um bairro pobre na periferia de Paracatu.